



FOME É POLÍTICA: A CAPTURA CORPORATIVA DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Dossiê Sistemas
Alimentares:
FOME, CORPORações
E ALTERNATIVAS

A FOME É POLÍTICA

Francisco Menezesⁱ

Esse aqui é o almoço de ontem e de hoje. Amanhã eu me viro, nem penso. Eu como depois. De noite só tem nescafé. É essa [...] a comida deles. [...] Comida de pobre é assim, não tem feijão todo dia não. Amanhã vai ser pirão de osso, e se tiver um ovo vai ser novidade. Um ovo que dá pra todo mundo”
(Citação de fala de moradora da favela da Péla, em Salvador, em 1997¹)

“Eu vim aqui hoje pra mim tá podendo pegar os ossinhos, né, porque inclusive o que eu peguei na semana passada não dá pra semana inteira” (Fala de catadora de material reciclável, moradora de Cuiabá, após receber doação de ossos distribuídos por um açougue, em julho de 2021²)

UM PAÍS DE MUITAS FOMES

Em 1932 foram criados sete campos de concentração no Ceará. Não foram os primeiros no Brasil. No mesmo Ceará tinha sido criado outro em 1915. Todos espalhados estrategicamente para evitar a chegada de flagelados que fugiam da seca em direção à capital e outras cidades, onde viviam abastadas famílias da burguesia local. Estima-se em 76 mil pessoas, entre crianças, mulheres e homens adultos, que sob vigilância militar ficaram submetidos a condições de grande precariedade, vindo muitos a falecerem vítimas da fome e das péssimas condições sanitárias.

Outras situações não menos trágicas, relacionadas à fome, ocorreram até quase o final do século passado, prevalecendo a ideia de que se tratava de uma fatalidade a que o país estava irremediavelmente condenado. Mas a fome, no Brasil, não existia apenas em episódios extraordinários. Existia uma fome mais silenciosa, que se queria esconder, então predominantemente rural, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste. Foi denunciada e discutida com lucidez e coragem por Josué de Castro que mostrou sua face política, junto com outras vozes que não permitiram que suas causas fossem escondidas.

A fome ocorre no Brasil, em realidades diversas, determinada pelas profundas desigualdades que aqui persistem. Retrata desigualdades que marcam o país desde sua colonização e que tiveram no regime de escravidão seu elemento gerador. São as desigualdades étnico-raciais, de gênero e territoriais, que se expressam a partir de situações de concentração extrema da renda, do patrimônio e, em particular do acesso à terra e à água, do acesso aos serviços e, não menos importante, do acesso ao poder político.

A fome que, na primeira metade do século passado, atingia a população que vivia no campo, vítima de processos de expulsão de suas terras e da exploração extrema de sua força de trabalho, com a urbanização se espalhou por todo o país, chegando nas cidades de maior

¹ Extraído do livro “Agonia da Fome” de Maria do Carmo Soares de Freitas, in <http://books.scielo.org/id/r9y7f/pdf/freitas-9788575412497-04.pdf>

² Extraído de matéria exibida no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, em 25 de julho de 2021 in <https://globoplay.globo.com/v/9716163/>



FOME É POLÍTICA: A CAPTURA CORPORATIVA DOS SISTEMAS ALIMENTARES

*Dossiê Sistemas
Alimentares:*
FOME, CORPORAÇÕES
E ALTERNATIVAS

desenvolvimento junto com as milhões de pessoas que vieram das zonas rurais, na ausência de um processo de reforma agrária, como deveria ter ocorrido.

No Brasil atual ela guarda estreita relação com a extrema pobreza monetária. O país tem sua economia altamente monetizada e a insuficiência no consumo dos alimentos se dá principalmente pela falta de poder aquisitivo da população mais pobre. Baseado nessa evidência, o enfrentamento da fome a partir de 2003, definido como um objetivo central do governo Lula, esteve prioritariamente focado no aumento da renda daqueles considerados em situação de pobreza. Nos treze anos que se seguiram cresceu o emprego, com ênfase no trabalho formal, o salário mínimo teve gradativa recuperação e aumentou a renda daqueles que se localizavam na base da pirâmide, contribuindo enormemente para que o país reduzisse a insegurança alimentar, incluindo a mais severa, equivalente à fome. Não menos importante foi o acerto na construção e implementação do programa Bolsa Família, criado em 2003 e que logrou chegar a quem dele mais precisava, ao lado da ampliação do programa do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Assinale-se que, a partir de 2011, através do Plano Brasil sem Miséria, potencializou-se ainda mais a capacidade de chegar àqueles que por suas vulnerabilidades muitas vezes não conseguiam acessar as políticas públicas e ao sistema de proteção social.

Paralelo ao incremento da renda para as populações sujeitas à fome, ocorreram avanços expressivos nas políticas de segurança alimentar e nutricional. Concorreu para isso o aparato institucional que foi estabelecido, destacando-se a recriação, em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de aconselhamento à presidência da república, com composição mista de governo e sociedade, em que esta dispunha de dois terços do número de conselheiros e ocupava sua presidência. Nele praticou-se o exercício da inter setorialidade, dada as composições diversas entre os conselheiros. Nele foram construídas propostas de políticas públicas, outras reformuladas e estabelecido o marco legal desta política, iniciando-se a construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional. E, em 2010, incluiu-se o direito à alimentação na Constituição. Foram realizadas quatro conferências nacionais, com mobilização desde os municípios e estados, que geraram diretrizes básicas para esta política.

Com a incidência do CONSEA despontaram novos programas, como o de Aquisição de Alimentos (PAA), o de Cisternas e a implantação de equipamentos em inúmeros municípios de restaurantes populares e cozinhas comunitárias entre outros. Mais adiante, foram criados o plano e a política nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Acrescente-se, ainda, toda a reformulação efetuada através da lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 2014, a Organização das Nações Unidas reconheceu que o Brasil saíra do Mapa da Fome conferindo o que indicadores nacionais já apontavam. No entanto, é necessário frisar que transformações estruturais que seriam necessárias para a sustentação dessa condição não tinham sido realizadas.

Faltou a democratização do acesso à terra e a garantia dos direitos territoriais e, vale assinalar, mesmo no período correspondente ao que o país saiu do Mapa da Fome, mantiveram-se situações de fome entre indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Faltou também uma política nacional de abastecimento, cuja ausência provoca reflexo direto no preço dos



alimentos atingindo desproporcionalmente a população mais pobre. Intervir sobre esses dois fatores significará sempre defrontar-se com forças poderosas que controlam o sistema alimentar brasileiro, que terá que ser resolvido no campo da política.

Aumento da fome pós-golpe de 2016

Após o golpe ocorrido em 2016, com o afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff, intensificou-se um conjunto de medidas de um projeto ultra liberal, com o objetivo simultâneo de maior fortalecimento do agronegócio e da mineração. O retrocesso que ocorreu no enfrentamento da fome aconteceu nesse contexto e foi comprovado através de pesquisa do IBGE³, realizada entre 2017/2018, que mostra uma reversão da tendência que a insegurança alimentar voltou a crescer em todas as suas modalidades.

Cresce a pobreza e, mais ainda, a extrema pobreza como consequência de uma política de enfrentamento da crise econômica calcada na chamada “austeridade”, que cobrou preço alto para os mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que os mais ricos tiveram suas riquezas ainda mais aumentadas. O desemprego e as variantes do subemprego e do desalento ampliaram-se celeremente junto com a perda da renda de milhões de famílias. Alterações na legislação trabalhista, aprovadas sob a falsa promessa de aumento de postos de trabalho, trouxeram a perda de direitos com forte precarização das relações de trabalho. Na mesma tônica foi aprovada nova reforma da previdência com igual retirada de direitos. Produziu-se, assim, uma vasta camada da população com baixa ou nenhuma condição de acesso aos alimentos por sua incapacidade de poder de compra.

Iniciou-se, também, um obsessivo desmonte de políticas públicas, incluídas as de segurança alimentar. A destruição, perpetrada desde a concretização do golpe e que se acentuou ainda mais no atual governo, teve na aprovação da Emenda Constitucional do chamado Teto dos Gastos⁴, em dezembro de 2016, o principal meio de sufocamento orçamentário das políticas que não interessavam ao projeto golpista. Esvaziou-se programas como o de Cisternas, de Aquisição de Alimentos e tantos outros que já haviam comprovado seu potencial de enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar. Por outro lado, enquanto crescia a população em condições de pobreza e extrema pobreza, não se ampliou o público do Bolsa Família, nem sequer foi efetuada qualquer correção nas linhas de renda para ingresso no programa e nos valores a serem repassados. E tornou-se frequente a formação de filas de espera daqueles que já tinham seus ingressos aprovados.

De não menor impacto é o que ocorre no campo, onde o agronegócio a cada ano celebra o crescimento de seus lucros, enquanto a agricultura camponesa e familiar luta contra o seu alijamento das políticas públicas. Produz-se um rastro de destruição ambiental e violência. As últimas pesquisas mostraram resultados de fome e insegurança alimentar predominando no campo brasileiro⁵, que atingem ainda níveis mais graves sobre os povos indígenas, quilombolas

³ Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil

⁴ Esta alteração na Constituição passou a limitar por vinte anos o gasto primário do governo federal, não se podendo superar o que foi gasto no ano anterior, corrigido apenas pela inflação do ano anterior

⁵ O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado por Vigisan em dezembro de 2020 apontou que 12% da população rural encontrava-se em insegurança alimentar grave. Estudo da Universidade Livre de Berlim, por sua vez, informou que 75% dos domicílios rurais se encontravam em alguma das modalidades de insegurança alimentar



e demais comunidades tradicionais. Nesses casos sobressaem as frequentes e violentas negações de direito a suas terras e territórios, as tornando vítimas principais do agronegócio e das empresas de mineração. Desmatamento, queimadas e outras violações deixam as marcas da extrema pobreza e fome em seus territórios.

Por fim, há que se assinalar o processo de desconstrução da estrutura institucional da segurança alimentar e nutricional, com extinção ou esvaziamento de ministérios e áreas relacionadas, incluindo a extinção do CONSEA no primeiro dia do atual governo.

A pandemia da Covid-19 no Brasil potencializou a expansão da pobreza e da fome por força das decisões tomadas frente a seus efeitos. No contexto dos dois últimos anos, duas situações devem ser abordadas, pelo impacto que tiveram e pelo que projetam no enfrentamento da fome no Brasil: o estabelecimento do Auxílio Emergencial e a escalada dos preços dos alimentos.

Em abril de 2020 é sancionada a Lei do Auxílio Emergencial, aprovada no Congresso Nacional e que prevê a transferência de renda, nos valores de R\$ 600 reais para trabalhadores informais e 1200 reais para o caso de mulheres provedoras de família. O cadastramento daqueles que não recebiam Bolsa Família se deu através de um aplicativo, que fez com que muitos que precisavam receber ficassem de fora pelas dificuldades de acesso à internet. Esses valores foram mantidos até agosto de 2020. Algumas pesquisas locais conferiram o impacto positivo dessa renda emergencial. De setembro a dezembro os valores foram reduzidos à metade agravando as situações de pobreza e fome, como atestam as pesquisas mencionadas neste artigo. De forma absolutamente irresponsável o auxílio foi suspenso entre janeiro e março de 2021, sendo restaurado a partir de abril, com valores ainda mais reduzidos, de R\$ 150 para os que moram sozinhos, R\$ 250 para famílias com duas ou mais pessoas e R\$ 375 para mães solo. Considere-se, ainda, que das 68 milhões de pessoas que haviam recebido no ano anterior, esse novo auxílio cobre pouco mais da metade daquele contingente, em um contexto que a pobreza só fez crescer.

Se o empobrecimento se acelerou com a pandemia, outro fator que intensificou a insegurança alimentar e a fome foi a elevação dos preços de alimentos básicos, impactando justamente aqueles mais pobres, em que a aquisição de alimentos pesa consideravelmente. Em 2020, o componente da alimentação na inflação foi três vezes maior do que o índice médio, por conta da elevação dos preços do arroz, feijão, óleos vegetais, carnes e até ovos, entre outros. Resultado da ausência de uma política de abastecimento voltada para a maior parte da população penalizando justamente aqueles mais vulneráveis.

Enfrentar a fome hoje

Trata-se de uma exigência ética. Enfrentá-la exige a adoção de medidas urgentes, acompanhadas de medidas de efeitos de médio e longo prazo.

Nesse sentido há que se ampliar a luta por:

1. Retomada dos valores originais do Auxílio Emergencial para R\$ 600 e 1200 e incorporação daqueles que comprovam suas insuficiências de renda, fazendo uso do



FOME É POLÍTICA: A CAPTURA CORPORATIVA DOS SISTEMAS ALIMENTARES

*Dossiê Sistemas
Alimentares:*
FOME, CORPORAÇÕES
E ALTERNATIVAS

- Cadastro Único e dos Centros de Referência de Assistência Social (CREAs) como os equipamentos mais adequados para a identificação desse público;
2. Garantia de fornecimento da alimentação escolar às famílias com alunos em escolas públicas ainda fechadas, cumprindo o fornecimento mínimo de 30% pela agricultura familiar e camponesa.
 3. Retomada do Programa de Aquisição de Alimentos, com dotação orçamentária suficiente, priorizando as modalidades da Compra direta e Doação Simultânea e da Formação de Estoques.
 4. Adotar e executar proposta a ser elaborada por movimentos do campo e da floresta para enfrentamento com urgência de situações de fome de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Ao lado dessas medidas, retomar a política de valorização do salário mínimo; estabelecer um programa de renda básica permanente a partir do Programa Bolsa Família, após o término do Auxílio Emergencial e aprofundar políticas específicas em favor de mulheres negras em situação de pobreza, por conta de serem as mais vulneráveis. E nos programas de soberania e segurança alimentar e nutricional seguir as diretrizes que sairão da Conferência Nacional Popular e Autônoma de Segurança Alimentar e Nutricional, com a recriação do CONSEA, desde que garantida a representatividade em sua composição. Essa pauta exige, evidentemente uma profunda transformação no sistema tributário brasileiro, com a taxação devida sobre a super riqueza, além da revogação da emenda do Teto de Gastos.

Não se tem ilusões quanto à disposição dos atuais detentores do poder, que ao contrário golpeiam cada vez mais o que foi construído, como está em curso com o Bolsa Família e o PAA. A pauta aqui proposta só poderá se efetivar a partir de uma forte pressão da sociedade. Urge, portanto, construir consensos no âmbito de uma articulação que agregue representações da sociedade alinhadas no combate à tragédia da fome.

ⁱ Economista, assessor de políticas de ActionAid, membro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e ex-presidente do CONSEA